



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS – LÍNGUA
PORTUGUESA – MODALIDADE A DISTÂNCIA

IGOR JOSÉ FERREIRA SÉRGIO

DIVERSIDADE E INCLUSÃO

SANTANA DE MANGUEIRA - PB

JUNHO / 2024
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS – LÍNGUA
PORTUGUESA – MODALIDADE A DISTÂNCIA

IGOR JOSÉ FERREIRA SÉRGIO

DIVERSIDADE E INCLUSÃO

Trabalho apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa – Modalidade a Distância da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para a obtenção do grau de Licenciado (a) em Letras.

Sob orientação do Prof. Henrique Miguel de Lima Silva, Pós-doutorado em Ensino pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino –PPGE /UERN. Doutor e Mestre em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística - PROLING/UFPB.

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S484d Sergio, Igor Jose Ferreira.
Diversidade e inclusão / Igor Jose Ferreira Sergio.
- João Pessoa, 2024.
15 f.

Orientador: Prof Henrique Miguel De Lima Silva.
TCC (Graduação) - Universidade Federal da
Paraíba/Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes,
2024.

1. Inclusão. 2. Diversidade. 3. Educação Infantil.
I. Silva, Henrique Miguel De Lima. II. Título.

UFPB/CCHLA

CDU 376

Elaborado por MARIA DE FATIMA HENRIQUE JORGE MAIA - CRB-15/392

SANTANA DE MANGUEIRA - PB

JUNHO / 2024

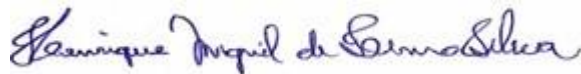
IGOR JOSÉ FERREIRA SÉRGIO

DIVERSIDADE E INCLUSÃO

Trabalho apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa – Modalidade a Distância da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para a obtenção do grau de Licenciado (a) em Letras.

Data de aprovação: 28/ 06/ 2024.

BANCA EXAMINADORA:



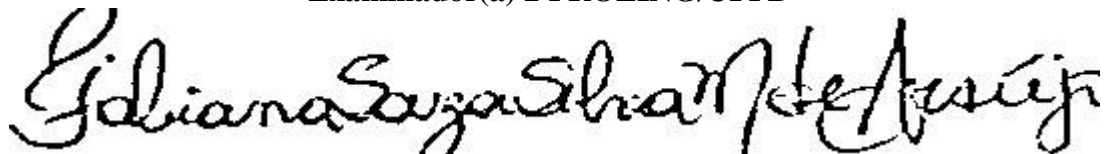
Prof. Dr. Henrique Miguel de Lima Silva
Orientador(a) DLPL/UFPB



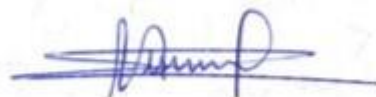
Fabíola Jerônimo Duarte de Lira
Examinador(a)/ Coorientadora 1 PROLING/UFPB



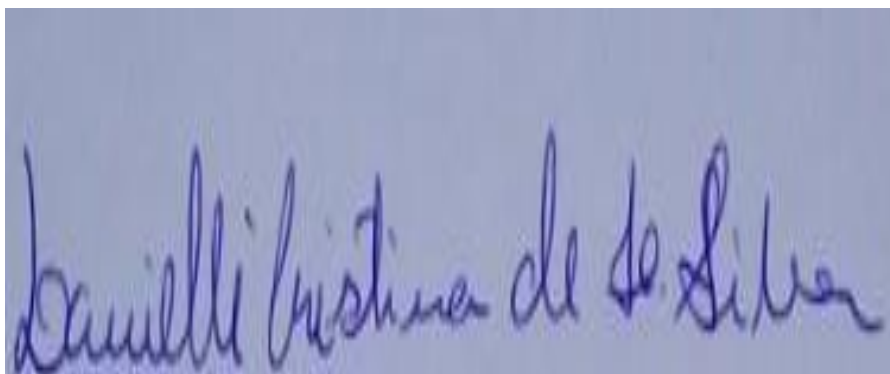
Dra. Antonia Barros Gibson Simões
Examinador(a) 2 PROLING/UFPB



Prof. Dr. Fabiana Souza Silva M. de Araújo
Examinador(a) 3 DLPL/UFPB



Dr. Marcos Túlio Fernandes
Examinador(a) 4 DLPL/UFPB



Me. Danielli Cristina de Lima Silva

Suplentes

Prof.^a Me. Inayna Élide Aquino de Melo

Suplentes

SUMÁRIO

RESUMO.....	6
INTRODUÇÃO.....	9
DESENVOLVIMENTO.....	13
CONCLUSÃO.....	15
REFERÊNCIAS	16

RESUMO

Este artigo tem como objetivo refletir sobre as práticas e abordagens do tema da diversidade nos anos iniciais da educação básica, com o intuito de verificar como a inclusão vem sendo trabalhada nas escolas. Além disso, busca ampliar o conceito de inclusão, considerando o respeito à diversidade como uma categoria mais abrangente, que não se limita apenas às pessoas com deficiência. A discussão se estende à naturalização da diversidade inerente ao ser humano em diversos aspectos, como cultural, racial, religioso e de gênero.

Entendemos que os seres humanos são sociais por natureza e que preconceitos, discriminação e estigmas são aprendidos ao longo das interações e modelos com os quais a criança tem contato durante seu desenvolvimento, além dos discursos introjetados dos modelos presentes no ambiente em que vivem. Trabalhar a questão da diversidade de forma ampla, sistemática e contínua, mas de maneira natural, inserida na rotina diária — seja por meio de brincadeiras, leituras, músicas ou no próprio convívio cotidiano — é essencial para que as crianças possam aprender a reconhecer e valorizar as diferenças, tornando-se agentes e mediadoras efetivas do processo de inclusão escolar.

Palavras-chave: Inclusão, Diversidade, Educação Infantil.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a educação tem se focado no tema da Educação Inclusiva. A prática de segregação vem perdendo espaço, especialmente desde a década de 1990 com a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), que propõe que "o acesso de crianças e jovens com necessidades especiais às escolas regulares, que a elas devem se adequar...". As escolas são consideradas os locais mais adequados para combater atitudes discriminatórias e promover uma sociedade inclusiva, alcançando uma educação para todos.

Desde então, a Educação Especial tem revisitado seu papel para

apoiar as escolas regulares na inclusão de alunos com deficiência. No entanto, ainda há muitos relatos de discriminação nas escolas. Os modelos de inclusão variam e muitas vezes são inadequados. Não existe um modelo único que atenda às demandas educacionais de todos os alunos e escolas no país. Ainda assim, é consenso que o tema deve ser debatido, especialmente em ambientes acadêmicos. Segundo a Declaração de Salamanca (1994), as universidades desempenham um papel crucial no desenvolvimento da educação especial, através de pesquisa, avaliação, preparação de professores e desenvolvimento de programas e materiais de treinamento.

Este artigo busca oferecer uma reflexão sobre o conceito de inclusão, tanto na teoria quanto na prática das rotinas pedagógicas, especialmente na educação infantil. Estudar as experiências escolares das crianças na primeira e segunda infância tem sido um foco de pesquisas globais.

Historicamente, as pessoas com deficiência enfrentaram rejeição, preconceito e discriminação. A deficiência era vista como doença, e o atendimento era baseado em terapias individuais (fonoaudiologia, psicologia, fisioterapia), sem ênfase na atividade escolar. Esse enfoque originou-se do modelo médico, que defendia a escolarização de pessoas com deficiência, anteriormente misturadas em hospitais psiquiátricos, sem distinção de idade, sexo ou tipo de limitação.

A educação escolar não era considerada necessária para indivíduos com deficiências cognitivas severas. A perspectiva educacional não vislumbrava o desenvolvimento acadêmico ou a inclusão formal desses indivíduos. No entanto, percebe-se que as diferenças (não apenas as deficiências) causam estranheza e receio entre os profissionais da área. Questões de gênero, por exemplo, influenciam a análise da Educação Infantil em relação à igualdade de oportunidades e à presença maciça de mulheres como educadoras, afetando identidades profissionais (Silva, 2001; 2008).

Com o tempo, a Educação Especial incorporou avanços da Pedagogia e da Psicologia, desenvolvendo novos métodos de ensino baseados na modelagem de comportamento e processos grupais. Estas metodologias destacam a necessidade de incluir todos os alunos, independentemente de etnia, sexo, raça, credo ou condição física ou intelectual. É essencial estar preparado para lidar com a diversidade de forma geral.

Este movimento de educação especial permitiu a introdução de novas técnicas de aprendizagem para o desenvolvimento acadêmico de pessoas com deficiência, anteriormente excluídas do ensino formal. Mudanças de paradigma indicam uma transição do modelo médico para o modelo educacional, focando não na deficiência, mas na falha do ambiente em proporcionar condições adequadas de aprendizagem (GLAT, 1985; 1995).

Avanços científicos esclareceram e resignificaram as causas das deficiências, desafiando a visão limitante da inclusão. Apesar desses avanços, preconceitos persistem tanto nas escolas quanto na sociedade em geral.

No Brasil, a Lei nº 4.024/61 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB) marcou um avanço na política educacional para pessoas com deficiência, visando integrar a educação de "excepcionais" no sistema geral de ensino. A democratização da educação infantil e especial considera a educação um direito social, superando o modelo médico e clínico, e adotando uma abordagem biopsicossocial e cultural que valoriza a diversidade.

Ainda assim, em uma sociedade desigual, minorias continuam a ser oprimidas nas escolas. Mesmo com avanços na Educação Especial e leis que garantem igualdade e direitos humanos, os preconceitos culturais influenciam atitudes e ações, resultando em discriminação.

A educação é vista como a melhor forma de inclusão e superação de preconceitos, não apenas para pessoas com deficiência, mas para todos. Educadores precisam trabalhar valores humanos desde cedo. De acordo com os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, "a atitude de aceitação do outro em suas diferenças e particularidades precisa estar presente nos atos e atitudes dos adultos" (BRASIL, 1998, p.41).

Portanto, movimentos de educação inclusiva buscam transformar suas práticas para atender todos os alunos sem discriminação. Para Gusmão (2000, p. 12), "o diferente e a diferença são partes da descoberta de um sentimento que, armado pelos símbolos da cultura, nos diz que nem tudo é o que eu sou e nem todos são como eu sou". Respeitar as diferenças é tratar as crianças com igualdade. Gusmão (2000, p. 19) também afirma que "a pluralidade cultural de grupos étnicos, sociais ou culturais deve ser pensada como matériaprima da aprendizagem, e não como conteúdo de dias especiais". O desafio dos educadores e instituições é facilitar a aprendizagem baseada na

solidariedade e valores éticos e afetivos, eliminando práticas de discriminação e exclusão.

DESENVOLVIMENTO

A inclusão escolar prevista pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, e pela Constituição Federal, marcou um avanço histórico após anos de debates e reflexões por diversas categorias profissionais, especialmente na pedagogia. Este marco legal incentivou a construção de escolas inclusivas e reflexivas, promovendo a participação ativa da comunidade escolar interna e externa.

A inclusão, que evoluiu do conceito de integração, sugere que não são as crianças que devem se adaptar às exigências da escola, mas sim o sistema educacional que deve ser revisto para atender todos os alunos, independentemente de suas condições. É responsabilidade da escola facilitar a integração social do aluno. Mazotta (1982) argumenta que a integração deve envolver a convivência no mesmo ambiente, e quanto maior a oportunidade de convivência, melhores os resultados, desde que a escola esteja adequadamente preparada para uma integração gradual.

Atualmente, observamos uma valorização da igualdade e da inclusão nas sociedades. Diversos grupos e minorias buscam reconhecimento pessoal e social. Mesmo sem consciência plena da luta por direitos, as crianças contam com defensores e militantes em busca de inclusão e convivência social. A segregação histórica das pessoas com deficiência está dando lugar à socialização, e as leis garantem esses direitos. No entanto, a integração social das pessoas com deficiência ainda enfrenta desafios significativos, incluindo a participação ativa de todos os grupos na comunidade escolar.

A educação inclusiva busca reverter o percurso da exclusão, criando condições, estruturas e espaços para uma diversidade de educandos. O ideal é uma escola inclusiva que transforme não apenas a estrutura física, mas também as atitudes e mentalidades dos educadores e da comunidade escolar, aprendendo a lidar com as diferenças.

A Educação Especial é responsabilidade de todos, públicos e privados. As trocas e interações aumentam as chances das crianças de se apropriar do mundo ao seu redor com mais qualidade. Sendo sociais por

natureza, elas podem aprender desde cedo a coexistir pacificamente. A sociedade só será inclusiva se identificarmos contradições, promovermos rupturas e superarmos o conformismo, sem desistir da utopia da educação inclusiva como paradigma educacional.

A Educação Inclusiva, especialmente na educação infantil, exige uma atenção individualizada e social, livre de preconceitos ou discriminações, respeitando e oferecendo uma educação de qualidade para todos os alunos, com seus diferentes ritmos de aprendizagem, culturas e estilos. Embora haja inúmeras limitações no sistema educacional para oferecer uma educação de qualidade a pessoas com necessidades especiais, é possível reverter esse quadro. Reconhecer a diversidade nos espaços escolares e de socialização é transformar esses ambientes, valorizando a diferença e a singularidade de cada pessoa, com ou sem deficiência.

Incluir todas as crianças no processo de ensino-aprendizagem com sucesso exige que as escolas sejam verdadeiramente inclusivas e abertas à diversidade. Isso implica reverter a forma de pensar e fazer educação nas salas de aula, planejar, avaliar o ensino e formar professores, especialmente aqueles que atuam nos primeiros anos de ensino e no ensino fundamental. A inclusão dentro e fora da escola é fundamental. Ferrera e Guimarães (2003, p.117) afirmam que "a inclusão é uma força cultural para a renovação da escola, mas, para ter sucesso, as escolas devem tornar-se comunidades conscientes. Sem esse sentido de comunidade, os esforços para alcançar resultados expressivos são inoperantes."

Portanto, é essencial compreender bem os conceitos de exclusão para sermos participantes ativos na construção de uma sociedade inclusiva, independentemente de cor, idade, gênero, tipo de necessidade, deficiência especial ou qualquer outro atributo pessoal. Muitos desafios técnicos, materiais, políticos e humanos ainda precisam ser superados, mas é importante reconhecer e valorizar os avanços já alcançados, que têm promovido a Educação Inclusiva.

O papel da escola é essencialmente promover e garantir uma educação de qualidade que respeite a diversidade e ofereça os recursos necessários para que todos os alunos, como cidadãos, possam ser efetivamente incluídos tanto no âmbito escolar quanto no social. Para que os paradigmas tradicionais de educação sejam transformados, é fundamental que, além da

flexibilidade e adaptação dos planos de ensino, metodologias e recursos, os processos de avaliação também sejam adequados ao desenvolvimento dos alunos com necessidades especiais. Isso inclui a oferta de serviços de apoio especializado (pedagógico, psicológico, e de outras áreas) dentro das classes comuns, valorizando os professores especializados em educação especial.

O sucesso na inclusão escolar depende da disposição para trabalhar e construir uma rede que se adapte e desenvolva estratégias para superar as limitações dos profissionais, proporcionando verdadeiro apoio a todos. Todos os alunos, independentemente de terem deficiência, desejam sentir-se incluídos, fazer amizades e conviver de maneira saudável.

A integração deve ser um direito garantido a todas as crianças e mediada pelos profissionais envolvidos na educação, sejam essas crianças portadoras ou não de necessidades especiais. De forma ampla, a integração inclui formulações que permitem a inclusão de alunos com diferentes especificidades no sistema regular de educação.

Uma proposta de atendimento integrativo requer investimentos e comprometimento. Embora algumas escolas já tenham feito adaptações estruturais como rampas, elevadores, banheiros adaptados e sinalizações em braille, ainda estamos distantes do necessário, não só no aspecto físico, mas também em termos de consciência social e política.

No Brasil, apesar do atraso em relação a outros países, temos dispositivos legais que defendem o atendimento educacional às pessoas com deficiências, como a Constituição Federal de 1988 e a LDBEN 9394/96. Nos últimos anos, a política educacional inclusiva tem sido intensificada na prática.

A escola deve adaptar-se não apenas aos termos legais, mas também aos valores sociais e culturais dominantes. Não basta que a organização escolar esteja em conformidade com a lei se não houver maturidade dos profissionais de educação para efetivar um trabalho significativo que construa conhecimento e desenvolva nos alunos recursos para lidar com frustrações. Para alcançar essas metas desafiadoras, os profissionais precisam ser incluídos em planos governamentais de capacitação e apoio contínuos, garantindo assim maiores possibilidades de atendimento real à Educação Inclusiva.

Pesquisas mostram que crianças com alta autoestima tendem a se desenvolver melhor, geralmente originando-se de famílias estruturadas que

formam o caráter e educam para os desafios da vida. A educação de pessoas com deficiência começou de maneira solidária, mas segregada e excludente, com caráter assistencialista e terapêutico, especialmente promovida pela igreja e religiosos na Europa. Anos depois, surgiram na América do Norte programas básicos de saúde, alimentação, educação e moradia para populações marginalizadas. Estudantes com necessidades especiais eram aqueles com dificuldades maiores que os demais alunos da mesma idade, necessitando de estratégias pedagógicas e métodos específicos para sua aprendizagem.

Essa educação especial, inicialmente não oferecida na rede regular de ensino, demandava professores capacitados em nível médio ou superior com especialização adequada para integrar esses alunos nas classes normais. A nova perspectiva e problematização das metodologias foram influenciadas por movimentos internacionais a favor da inclusão, como a Conferência Mundial sobre Educação para Todos (Tailândia, 1990), a Declaração de Nova Délhi (Índia, 1993) e a Declaração de Salamanca (Espanha, 1994). O Brasil, apesar de não ter participado diretamente, foi influenciado por esses movimentos e reformulou seus marcos legais, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), passando a classificar alunos com necessidades especiais em diversas categorias.

A Constituição Federal, em seu artigo 206, garante o direito dos alunos com necessidades educacionais especiais de frequentarem serviços de atendimento educacional especializado. No entanto, ainda é necessário esclarecer e adequar as instituições para que as diferenças possam ser efetivamente trabalhadas. As necessidades educacionais especiais abrangem todas as dificuldades de aprendizagem que os alunos enfrentam, e a escola deve encontrar métodos de ensino que atendam a todas as crianças e jovens, incluindo aqueles com limitações físicas e intelectuais, para que todos possam ter sucesso em seu desenvolvimento educacional.

Mudanças são necessárias na rede de ensino para reconhecer e valorizar a diversidade, garantindo sucesso e compreendendo as várias formas de ser do ser humano. A inclusão, que evoluiu da integração, sugere que não são as crianças que devem se ajustar às exigências da escola, mas o sistema educacional que deve ser revisto para atender todos os alunos,

independentemente de suas condições. É dever da escola facilitar a integração social do aluno.

Segundo Mazzotta (1982), o conceito de integração possui as seguintes dimensões:

- **Integração Física:** Envolve a convivência no mesmo espaço e tempo. Quanto maior a oportunidade de convivência, melhores serão os resultados, desde que a escola e o ambiente estejam adequadamente preparados e a integração ocorra de forma gradual.
- **Integração Funcional:** Implica a utilização dos mesmos recursos educacionais disponíveis no ensino comum.
- **Integração Social:** Refere-se ao processo de integração com o meio, à comunicação e à inter-relação por meio da participação ativa dos grupos na escola e na comunidade.

A Educação Inclusiva vem ganhando força no Brasil desde meados da década de 1990, expandindo o conceito de educação especial para garantir que todos os alunos tenham os mesmos direitos à educação, sem discriminação. Isso inclui a matrícula em escolas de ensino regular e, quando necessário, o atendimento pedagógico especializado.

Para o desenvolvimento infantil, a manifestação de afetividade e solidariedade é crucial para promover a inclusão. Este movimento deve ser não apenas educacional, mas também social e político, com estratégias de intervenção consciente e responsável no contexto educacional. Isso garantirá que, no futuro, as crianças também defendam o direito de todos os alunos desenvolverem e concretizarem suas potencialidades.

CONCLUSÃO

A dificuldade da real inclusão é uma questão recorrente nas escolas, exigindo que professores e a comunidade escolar tenham conhecimento sobre o assunto e busquem meios eficazes para auxiliar seus alunos além do processo de aprendizado. O professor deve reconhecer que a segregação e discriminação são problemas a serem debatidos em sala de aula, mas que podem ser superados com a promoção de interações que incentivem o pensamento crítico dos alunos e o uso de ferramentas para superar essas dificuldades.

Estamos em um momento crucial para fortalecer a educação inclusiva, garantindo direitos a todos os cidadãos sem discriminação e preconceito. Ensinar valores humanos e combater preconceitos é um desafio tanto para pais quanto

para professores, mas sabemos que a educação é um meio poderoso para transformar vidas.

Uma das ações importantes é promover vivências e capacitação para professores, criando formas alternativas para que crianças com diferentes necessidades possam se desenvolver. Assim, a escola e os profissionais envolvidos podem ajudar tanto os alunos em suas necessidades sociais (escolares ou não), quanto suas famílias, garantindo direitos à informação e ao suporte necessário para o desenvolvimento das interações sociais e do relacionamento humano. Quando necessário, os alunos devem ser encaminhados a locais de atendimento especializado.

A avaliação diagnóstica deve ser realizada por uma equipe técnica multidisciplinar, que compreenda as especificidades e individualidades dos alunos. A psicologia desempenha um papel fundamental neste contexto, orientando e buscando parcerias com as famílias e a comunidade escolar.

Os professores devem conhecer bem seus alunos e estar atentos às suas dificuldades para que estas não se tornem problemas. Além de conhecer os dispositivos legais que garantem a inclusão, os profissionais precisam ouvir e observar seus alunos, compreendendo suas atitudes, comportamentos e ideias para desenvolver uma metodologia eficaz que vá além do ensino de leitura e escrita, promovendo também a inclusão social e a valorização das diferenças. Para isso, os professores também precisam ser ouvidos e valorizados.

Ainda é um desafio lidar com essas questões, e os profissionais devem ser incentivados a pesquisar e produzir conhecimento, preparando-se para situações problemáticas e desenvolvendo competências que permitam reconhecer as dificuldades de seus alunos.

A inclusão é um conceito em construção, e diferentes definições em diferentes países geram desacordos e dificuldades nas escolas. O conceito de inclusão muitas vezes é usado como sinônimo de integração de alunos com deficiência na educação formal, mas deveria abranger todos os alunos, independentemente de deficiência. Todos querem se sentir incluídos, fazer amizades e conviver de maneira saudável.

A Educação Inclusiva deve abranger todos os seres humanos, e não apenas aqueles excluídos do processo educacional. A fase da infância é privilegiada para trabalhar essas questões, e os valores humanos devem ser

promovidos nas escolas, independentemente de deficiência. A qualificação dos professores deve possibilitar uma visão humanística da educação.

Ainda estamos aquém do necessário para que esses valores sejam completamente introjetados pelos professores e pela comunidade escolar. É necessário um investimento adequado na formação científica e cultural, além da sensibilização dos professores.

A inclusão não deve ser vista apenas como uma questão para pessoas com deficiência. As escolas devem adaptar e melhorar suas condições e práticas pedagógicas para toda a comunidade escolar. Todos têm direito de aprender e participar, apropriando-se dos conhecimentos e da cultura. Reconhecer e valorizar as diferenças é o princípio para uma educação que atenda às diversidades com sucesso, compreendendo as várias formas de ser na heterogeneidade do ser humano.

Devemos sempre almejar uma prática pedagógica, social e colaborativa entre escola, aluno, comunidade e família, pensando na elaboração do Plano Educacional.

Concluindo, as necessidades educativas das crianças não devem estar relacionadas apenas com o rótulo de deficiência. A Educação Especial deve defender a integração de todas as crianças nas escolas regulares, permitindo que assumam novos papéis de acordo com suas especificidades.

Este é o comportamento ético, justo e humano que todos desejamos.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Diretrizes curriculares nacionais para a educação especial. Brasília: MEC/SEESP, 1998.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2018.

FERNANDES, S. M. M. A educação do deficiente auditivo: um espaço dialógico de produção de conhecimento. Dissertação de Mestrado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1993.

FERREIRA, Maria Elisa Caput e GUIMARÃES Marly. Educação inclusiva. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GLAT, Rosana & FERNANDES, Edicléa Mascarenhas. Da educação segregada à educação inclusiva: uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da educação especial brasileira. Revista Inclusão, Brasília, v. 1, nº 1, 2005.

GUSMÃO, Neusa M. M. Desafios da Diversidade na Escola. Revista Mediações, Londrina, v.5, n.2, p.9-28, jul/dez, 2000.

MAZZOTTA, M. J. S. Educação Especial no Brasil: histórias e políticas. São Paulo: Cortez, 1996.

SILVA, Isabel de Oliveira e. Profissionais da Educação Infantil: formação e construção de identidades. São Paulo, Cortez, 2001.

UNESCO. Declaração mundial sobre educação para todos: quadro de ação para responder às necessidades de educação básica. Lisboa: Ministério da Educação, 1990.

